



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ÉTICA JUDICIAL: O FUTURO DA DECISÃO AUTOMATIZADA NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Ana Clara Vieira Abrantes¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a inserção da inteligência artificial (IA) no sistema de justiça brasileiro sob a ótica da ética judicial, discutindo os impactos, desafios e possibilidades decorrentes da automatização de decisões. A introdução parte do reconhecimento de que a transformação digital no Poder Judiciário tem se intensificado nos últimos anos, com o uso de algoritmos e sistemas inteligentes que visam otimizar o tempo processual, ampliar o acesso à justiça e reduzir a sobrecarga de demandas. Contudo, essa inovação tecnológica levanta preocupações éticas e jurídicas quanto à transparência dos processos decisórios, à proteção de dados, à imparcialidade dos algoritmos e à preservação do elemento humano na atividade jurisdicional. A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, baseada em pesquisa bibliográfica e documental sobre estudos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), artigos científicos e experiências internacionais no uso da IA aplicada ao direito, como os sistemas *Victor* (STF) e *Sinapses* (CNJ). Os resultados evidenciam que, embora a inteligência artificial possa contribuir significativamente para a eficiência e a celeridade do Judiciário, sua aplicação requer critérios éticos rigorosos, supervisão humana constante e transparência algorítmica para evitar decisões enviesadas ou desumanizadas. A discussão revela que o papel do juiz não pode ser reduzido a uma função meramente técnica, pois o ato de julgar envolve ponderação de valores, sensibilidade social e empatia, aspectos que a IA, até o momento, não é capaz de reproduzir. Ademais, a delegação excessiva de decisões a sistemas automatizados pode comprometer o princípio da inafastabilidade da jurisdição e a própria legitimidade do poder decisório judicial. Nesse sentido, a ética judicial deve atuar como parâmetro normativo e moral para a integração responsável da tecnologia no sistema de justiça, garantindo que a IA funcione como instrumento de apoio, e não de substituição da atividade humana. Conclui-se, portanto, que o futuro da decisão automatizada no Judiciário brasileiro depende de uma abordagem ética e interdisciplinar que una tecnologia e humanismo, assegurando que a inovação caminhe ao lado da justiça, da transparência e da proteção dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Algoritmos judiciais. decisão automatizada. ética judicial. inteligência artificial.

¹ Ana Clara Vieira Abrantes (<http://lattes.cnpq.br/7373717137002075>), Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Sousa, PB, Brasil, anaclaravabrantest@gmail.com